



HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Os caminhos para o desenvolvimento do Brasil: uma revisão das interpretações de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso¹

The paths for the development of Brazil: a review of the interpretations of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso

Luciane Franke²

Marieli Vieira³

RESUMO: Este artigo contextualiza a condição de subdesenvolvimento do Brasil e as alternativas para superá-la comparando as abordagens de dois importantes intérpretes da formação econômica do país, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Embora os autores se aproximem em diversos aspectos, há outros em que fomentam o debate de interpretações, em especial quanto aos caminhos para superar o subdesenvolvimento do Brasil. A análise das duas perspectivas indica que, sob um prisma, Furtado busca apresentar soluções para superar o subdesenvolvimento por meio do direcionamento das forças produtivas para o desenvolvimento tecnológico e facilitar o processo de acumulação, em sentido a endogeneização do desenvolvimento, baseada nas melhorias para a coletividade e aumento da autonomia externa. Por outro lado, Cardoso vê nas relações internacionais possibilidades de acelerar os ganhos e pular etapas em termos tecnológicos, através de atuação responsável do Estado em um regime político democrático.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento. Formação Econômica. Brasil.

ABSTRACT: This article structures the underdeveloped condition of Brazil and the alternatives to overcome it by comparing the approaches of two prominent interpreters of the country's economic formation, Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso. The authors come together in several aspects but diverge in others in which they encourage the debate on interpretations, especially regarding the ways to overcome the underdevelopment of Brazil. The analysis of the two perspectives indicates that Furtado

¹ Trabalho baseado nos textos e nas aulas da disciplina de Interpretações do Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutoranda do PPGE – Economia do Desenvolvimento – UFRGS. E-mail: luciane.franke@hotmail.com.

³ Doutoranda do PPGE – Economia do Desenvolvimento – UFRGS. E-mail: marihvieira18@gmail.com.



aims to present solutions to overcome underdevelopment by directing the productive forces towards technological development and facilitating the accumulation process, towards the endogenization of development, based on improvements for the community and increased external autonomy. On the other hand, Cardoso's approach comprises international relations to accelerate gains and skipping steps in the technological field, through responsible action by the State in a democratic political regime.

Keywords: Underdevelopment. Economic Formation. Brazil.

INTRODUÇÃO

A revisão das interpretações sobre a formação econômica do Brasil e seus efeitos sobre a condição de desenvolvimento do país é um tema de pesquisa recorrente. Muitas dessas análises revisitam as obras consagradas de autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Ignácio Rangel, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. A contemporaneidade em discutir desenvolvimento reforça sua relevância por não ser um fenômeno datado, uma vez que ainda não é ultrapassado historicamente ao tomar-se a economia brasileira.

O conceito de desenvolvimento não pode ser considerado como superado, devido ao seu uso sob as mais distintas formas. Além disso, observa-se nele a plasticidade e a flexibilidade que permitem que ele se adapte e mude historicamente, apresentando as características preconizadas por Sartori (1970; 1984), definidas como a viagem do conceito. Conforme pontuado por Fonseca (2014), na terminologia de Sartori, a viagem do conceito alude ao movimento de abranger casos novos.

Ademais, no século XXI, o Brasil apresenta-se como uma economia de renda média, categorizado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional como uma economia em desenvolvimento ou emergente. Portanto, não tendo superado completamente o subdesenvolvimento, há espaço para proposições acerca do desenvolvimento. Entre os principais intérpretes da formação econômica do Brasil, o conceito apresenta nuances distintas.



Nesse sentido, o desenvolvimento da América Latina tornou-se tema de pauta da agenda de pesquisa da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) desde a sua criação, em 1948. Desde então, muitos teóricos dedicaram-se ao entendimento das particularidades do desenvolvimento econômico latino-americano, assim como das especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, entre eles Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

Celso Furtado fez parte da CEPAL entre 1949 e 1958, enquanto Fernando Henrique Cardoso esteve na Comissão entre 1964 e 1967. Ambos os autores foram instigados pela teoria cepalina, especialmente sua visão dualista, cujos temas de desenvolvimento e dependência foram abordados em muitas obras dos dois.

Furtado e Cardoso, por terem feito parte da CEPAL, foram influenciados pelo contexto histórico e teórico que envolve a instituição e se preocuparam com o futuro – o desenvolvimento – da América Latina, mas principalmente do Brasil, delineando uma abordagem particular e se preocupando também com o desenvolvimento social. Os autores, com suas abordagens complementares e também concorrentes, verificaram que a desigualdade presente entre os países provinha de assimetrias e desigualdades produzidas historicamente.

Embora os autores se aproximem em diversos aspectos conceituais, há aspectos que fomentam o debate de interpretações, em especial quanto aos caminhos para superar o subdesenvolvimento do Brasil. Assim, o objetivo da análise é contextualizar a condição subdesenvolvida do país e as alternativas para superá-la comparando as abordagens de dois importantes intérpretes da formação econômica do país, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

O comparativo entre as ideias dos autores já foi explorado sob diversos aspectos. Em uma das pesquisas, Kalvan (2000) aborda as interpretações de Furtado e Cardoso quanto à forma que cada um deles incorpora e considera a ideia de nação – no sentido de Estado nacional –, assim como a relevância que conferem a ela em suas análises. O autor conclui que, Furtado percebe o subdesenvolvimento como uma antítese da consolidação nacional, e, portanto, a superação da condição subdesenvolvida é requisito para alcançá-la. Todavia, ainda que Cardoso identifique esse mesmo antagonismo entre subdesenvolvimento e consolidação nacional, ele considera possível conciliar algum



desenvolvimento nacional com dependência. Isso significa que uma inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista internacional seria o suficiente.

Almeida (2009), por sua vez, analisa as abordagens dos autores no que tange às expectativas de que a industrialização, ocorrida nos anos 1950, pudesse funcionar como dinamizador das transformações qualitativas na economia brasileira, bem como de um modelo de desenvolvimento nacional balizado pelo mercado interno. São encontradas semelhanças entre as posições de Furtado e Cardoso em tópicos como: respeito à necessidade de intensa intervenção do Estado; substancialidade de cooperação do capital externo; e da dificuldade de acesso à tecnologia moderna. Posteriormente, ambos passam a criticar a forma de aparelhamento estatal, na qual a intervenção funcionava de modo a acentuar a concentração de renda, favorecendo as classes dominantes e ampliando as distorções sociais, com participação crescente das empresas transnacionais.

Corrêa (2013) detém-se a analisar o conceito de desenvolvimento a partir das abordagens teóricas de Furtado e Cardoso, contextualizado a partir das ideias sustentadas pela CEPAL. Apesar de partirem de metodologias distintas, ambos realçam a importância do contexto histórico e, a partir da década de 1960, surgem as principais divergências nas interpretações de Furtado e Cardoso. Para Cardoso, o conceito de subdesenvolvimento refere-se a um determinado tipo de desenvolvimento, não mais referindo-se a uma sociedade tradicional ou arcaica. Por outro lado, para Furtado, o subdesenvolvimento seria uma situação particular, resultado da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, contudo, sem configurar alguma modalidade de desenvolvimento. Além disso, para Cardoso, ao lado de Faletto, o desenvolvimento é um processo social, enquanto Furtado percebe-o como um modo para alcançar o desenvolvimento humano.

Sob outra perspectiva, Peres e Azevedo (2017) revisitam as obras de Furtado e Cardoso a fim de apresentar os principais elementos que constituem suas interpretações sobre o desenvolvimento econômico e a dependência, apontando pontos de convergência e divergência. Apesar de Furtado e Cardoso colocarem em destaque a importância de considerar o processo histórico para compreender o subdesenvolvimento, assim como as possibilidades e condições de desenvolvimento sob a perspectiva histórica, os autores priorizam elementos distintos. Na interpretação de Cardoso sobressai a análise da interação de grupos e classes sociais, enquanto na abordagem de Furtado, a perspectiva



se dá com foco macroeconômico, que aponta para o dualismo estrutural, centro e periferia, embora não existam leis de movimento como há em Cardoso.

Portanto, nota-se convergência entre as revisões da literatura mencionadas para elementos de similaridade e distinção entre as interpretações de Furtado e Cardoso, sobretudo em relação à conceitualização de desenvolvimento. Contudo, identifica-se que discussões acerca das soluções propostas nas obras de Furtado e Cardoso suscitam a possibilidade de novas análises, como a proposta aqui. Assim, além dessa introdução, segue-se com uma revisão da interpretação de Furtado para o subdesenvolvimento e as alternativas para sua superação, na seção 2. Posteriormente, apresenta-se a abordagem de Cardoso, com enfoque na teoria da dependência e suas propostas para o desenvolvimento do Brasil, na seção 3. Por fim, a seção 4 exhibe conclusões a partir da avaliação teórica.

1. A ABORDAGEM DE CELSO FURTADO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Furtado foi um proeminente economista e estudioso que se empenhou de forma profunda sobre as noções relativas ao desenvolvimento econômico. Como muitos intelectuais que fizeram parte do grupo de elaboradores da CEPAL, sua obra perpassa constantemente conceitos como o de dependência, concentração de renda, mimetismo cultural, relações assimétricas entre centro-periferia, mercado interno, dualidade estrutural. Além disso, sua produção intelectual abarca interpretações históricas sobre a formação econômica da América Latina e do Brasil.

O referencial teórico de Furtado é eclético, com influências reconhecidas pelo autor, dentre elas, o positivismo, o marxismo, as teorias de Keynes, a sociologia e a ciência política. O positivismo está presente no método de Furtado, por meio do rigor científico e ideias de razão adotadas pelo autor. Tais aspectos são observados na sua busca por uma explicação racional para o subdesenvolvimento. A influência do marxismo se revela através da aceitação de Furtado quanto às etapas, bem como subproduto de seu interesse por História, reforçando que o subdesenvolvimento se reproduz. Enquanto a inspiração em Keynes se mostra, entre outros aspectos, a partir da interpretação de Furtado sobre o Estado como um agente econômico. Por fim, a sociologia e a ciência



política influenciaram Furtado, em especial as abordagens do sociólogo Karl Mannheim (FURTADO, 2014).

Além disso, embora Furtado não reconheça de forma patente, em suas obras nota-se ainda elementos que podem ser relacionados ao economista alemão Friedrich List e ao colega na CEPAL, Raul Prebisch, bem como ao economista e cientista político austríaco, Joseph Schumpeter, além do economista sueco Gunnar Myrdal e do estoniano Ragnar Nurske. Por fim, cabe mencionar as influências provenientes do pensamento social brasileiro, através de autores como Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, entre outros.

Portanto, a partir da visão estruturalista do subdesenvolvimento e dos fenômenos correlatos é que se desencadeia toda a análise de Furtado sobre as economias subdesenvolvidas e seu processo de desenvolvimento, calcado no método histórico-estruturalista. Assim, tem-se a abordagem do autor para a teoria do desenvolvimento e a contextualização da formação econômica do Brasil, bem como sua condição de subdesenvolvimento.

Utilizando o que chamou de “conceitos clássicos”, Furtado (1983, p. 15) define que a teoria de desenvolvimento econômico “trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social.”. Ele continua e aponta que a tarefa explicativa se dá em dois planos: das formulações abstratas e o histórico. No primeiro, têm-se as análises do mecanismo do processo de crescimento e, no segundo, o estudo crítico, que confronta a realidade dada.

Na concepção de Furtado (1983), o ponto de partida da ideia de desenvolvimento – explicável em certas condições históricas – teve sua expressão no conceito vago de progresso, um conceito intuitivo indiretamente definido, sob a forma de produto líquido, pelos fisiocratas. Segundo o autor, no campo da análise econômica, o passo determinante foi dado com a definição conceitual de fluxo de renda, cujo aumento é passível de expressão quantitativa. Efetivamente, a expansão do fluxo de renda por unidade de força de trabalho utilizada serve como indicador do processo de desenvolvimento de uma economia desde a época dos clássicos. Desse modo, não corresponde à produtividade do



trabalho de uma empresa, mas um efeito global que eleva a renda *per capita*. O aumento do fluxo de renda por unidade de trabalho resulta em acumulação de capital, associada ao progresso técnico, elevando a produtividade média do fator trabalho, e, por consequência, que faz a renda aumentar.

Conforme Furtado (1983), o desenvolvimento econômico possui um sentido e precisa ser induzido. Nessa perspectiva, o desenvolvimento supõe crescimento, com a ressalva de que supera esse conceito. O crescimento é definido como um aumento no fluxo de renda quando o conjunto econômico apresenta uma estrutura simples, na qual a procura não é autocriada. Dito de outra forma, a expansão da produção real de um subconjunto econômico sem necessariamente estabelecer modificações nas funções de produção. O desenvolvimento, por sua vez, implica o crescimento de um conjunto econômico de estrutura complexa, não como um aspecto de nível tecnológico, mas como expressão da diversidade das formas sociais e econômicas concebida pela divisão do trabalho social, a qual implica modificações decorrentes do aumento da produtividade média do fator trabalho incorporadas à estrutura da economia.

Nesse sentido, o crescimento somado às suas repercussões se revela nas mudanças que são introduzidas em longo prazo nas estruturas, nas relações e proporções do sistema, refletindo inclusive na distribuição de renda. O processo de desenvolvimento exige um impulso inicial e um mecanismo de propagação para viabilizar seu dinamismo. Assim, nas palavras de Furtado (1983, p. 81) para compreender o processo de desenvolvimento torna-se imprescindível “identificar os agentes responsáveis pelas decisões estratégicas e reconhecer os fatores estruturais que condicionam a propagação dos efeitos de tais decisões”.

Na construção teórica e interpretações sobre o desenvolvimento, Furtado ([1961] 2000, 1983) chama atenção para uma falha que identifica nos modelos clássicos. A falha corresponde ao fato desses modelos ignorarem que o “desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica” (FURTADO, [1961] 2000, p. 241). Nesse sentido, a análise de Furtado ([1961] 2000, 1971a) sobre subdesenvolvimento tem o ponto de partida na demonstração de que as premissas históricas que oportunizam o desenvolvimento não são encontradas nas economias subdesenvolvidas.



Além disso, na obra *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, Furtado recorre a uma abordagem histórica para entender a origem do subdesenvolvimento brasileiro, partindo do período da colonização até o século XX. Foi através desta abordagem que percebeu como desde a época colonial o país era voltado a produzir para o exterior e isso fez com que a concentração de renda se desse em torno dos grandes proprietários. Essa condição levou à situação de dependência (FURTADO, 1971a). Esse tema é discutido na próxima subseção, seguido por uma revisão das alternativas propostas nas obras de Furtado para alcançar o desenvolvimento.



1.1. O subdesenvolvimento no Brasil

Para contextualizar as variáveis históricas que viabilizam o desenvolvimento econômico, Furtado ([1961] 2000) analisa o processo de desenvolvimento industrial de nações desenvolvidas, como Inglaterra e Estados Unidos, destacando a relação de interdependência entre a evolução tecnológica nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico. Nesse processo, a introdução e ampliação do uso da tecnologia foi orientada a possibilitar combinações de fatores de produção nas quais entravam quantidades crescentes de capital por homem ocupado. Assim, tornava-se possível reduzir o fator trabalho, e ainda assim, manter a produção. Para o autor, avanços tecnológicos nas indústrias de bens de capital possibilitam conciliar mão de obra relativamente pouco elástica e aumentos de produtividade sem pressionar a distribuição de renda de modo a reduzir lucros e aumentar relativamente os salários.

Contudo, esse processo industrial firmado, especialmente na Europa do século XVIII, estabeleceu um movimento de ruptura e que condicionou outras regiões, categorizadas por Furtado ([1961] 2000) em três direções de expansão:

- i. Desenvolvimento dentro da própria Europa ocidental, que para manter a flexibilidade do sistema, especialmente no que refere à oferta de mão de obra, fomentou o desenvolvimento da tecnologia nas indústrias de bens de capital.
- ii. Desenvolvimento industrial para além das fronteiras europeias, marcadas por terras desocupadas e por características similares⁴ às da própria Europa.
- iii. Desenvolvimento de regiões já ocupadas de natureza pré-capitalista, cujo contato foi variado, em alguns casos correspondendo apenas a abertura de novas linhas de comércio e em outros o estímulo à produção de matérias-primas para atender os centros industriais dos países desenvolvidos. Essa linha foi marcada por um dualismo em que parte da estrutura tendia a adotar padrões de um sistema capitalista e outra parte mantinha a estrutura preexistente,

⁴ Foram estabelecidas em certa medida, extensões da economia industrial europeia em países como Austrália, Canadá e Estados Unidos. Como resultado da introdução das técnicas europeias aliadas aos recursos naturais abundantes encontrados nos países, suas populações lograram desde o início elevados níveis de vida, similares aos europeus.



constituindo o que Furtado ([1961] 2000) chamou de fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

Diante da interpretação das linhas de expansão do modelo de desenvolvimento industrial estabelecido na Europa e estendido a outras regiões, Furtado ([1961] 2000) evidencia o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo e não uma das etapas pela qual as economias devem passar para alcançar um grau superior de desenvolvimento. Para o autor, essa peculiaridade torna-se fundamental para compreender o cerne do problema das economias subdesenvolvidas, como a América Latina, a qual se enquadra na terceira direção de expansão definida por Furtado ([1961] 2000).

Portanto, o subdesenvolvimento resultaria da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas preexistentes, em geral, arcaicas. Esse fenômeno se apresenta sob diversas formas e estágios de complexidade. Nos casos mais simples, têm-se a coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de bens com a finalidade de exportação em meio a economias de estruturas de subsistência, ou empresas remanescentes de um sistema pré-capitalista. Nessas estruturas, a massa salarial gerada no setor exportador corresponde ao único aspecto dinâmico, assim, sua expansão resulta num maior fluxo de renda monetária na economia, por outro lado, em situações que o setor se mantém estacionário, o crescimento da população pode pressionar no sentido de redução do salário real médio, e, por consequência, a queda da renda *per capita* (FURTADO, [1961] 2000).

Nos casos mais complexos de subdesenvolvimento, como do Brasil, a economia apresenta, além dos setores exportadores e de subsistência mencionados no caso simples, também um núcleo industrial ligado ao mercado interno, capaz de atender parte da demanda de bens de capital de que necessita para o próprio crescimento econômico. Assim, esse setor atuaria substituindo as importações, mas ainda sob a sombra da concorrência dos produtos estrangeiros, a depender em boa medida da taxa de câmbio e das restrições ao balanço de pagamentos (FURTADO, [1961] 2000).

Porém, Furtado ([1961] 2000) pontua que, mesmo nos casos mais complexos de subdesenvolvimento, o fator dinâmico básico continua sendo relacionado ao setor externo, ainda que com efeitos multiplicadores internamente na economia. Para ele, com o crescimento da renda monetária, em virtude da demanda externa pelos produtos do setor



exportador, lucros desse núcleo industrial também se elevam, afetando favoravelmente o núcleo industrial do mercado interno e os investimentos nele realizados. Assim, o setor de subsistência perde importância relativa. Entretanto, a expansão do setor exportador também é seguida pela melhora na capacidade de importação, reduzindo a magnitude real do multiplicador interno da renda. Na sequência, essas economias tendem a enfrentar restrições externas diante da combinação de elevado nível de renda, declínio dos preços dos produtos exportados e desvalorização cambial, desencadeando um cenário favorável ao crescimento da demanda por bens de produção interna, mas o aumento da lucratividade do núcleo industrial interno não se converte em desenvolvimento.

Essa frustração em não alcançar o desenvolvimento, conforme apontado por Furtado ([1961], 2000), decorre das diferenças entre o processo que ocorreu na primeira etapa do desenvolvimento industrial europeu e o que ocorreu nas regiões já ocupadas de natureza pré-capitalista. Na Europa, o desenvolvimento industrial atuou pelo lado da oferta, uma vez que a ação empresarial acabou por criar sua própria demanda por bens de capital, proporcionando combinações de fatores mais baratas e abundantes. Por outro lado, no subdesenvolvimento, esse processo foi induzido de fora para dentro, ou seja, essas regiões buscavam atender suas necessidades através da oferta externa, e apenas quando essa não era possível, voltaram-se para o núcleo industrial interno. Isso quer dizer que o processo é voltado à substituição de importações e não às inovações implementadas em processos produtivos, como nas economias industriais desenvolvidas.

A partir desse pano de fundo sobre as premissas históricas, tem-se o Brasil, como país periférico, ocupando uma posição subordinada e em condição de subdesenvolvimento à época das obras de Furtado, predominantemente nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Nesse sentido, Furtado (2013) relembra a implantação portuguesa na América, tendo como base a empresa agrícola-comercial e sua relevância decisiva na estrutura da economia e da sociedade que se formarão no Brasil.

Ainda no que tange ao desenvolvimento de regiões já ocupadas de natureza pré-capitalista, Furtado (2013, n.p.) pontua que se trata de uma “ampliação dos circuitos comerciais conduzindo à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho”. Isso significa que países periféricos serão levados a especializar-se para acessar mercados centrais. Esse processo, que compreende a forma histórica assumida pelo crescimento do



capitalismo industrial, permite que as economias centrais acelerem sua acumulação, aprofundando o hiato que as diferem da periferia.

Portanto, ainda que metodologicamente desenvolvimento-subdesenvolvimento seja postulado como dicotômico, a relação não corresponde à uma dicotomia, mas à uma dupla dialética. O subdesenvolvimento é uma das faces do sucesso obtido no desenvolvimento (BRANDÃO, 2013). Para Furtado (1980, p. 23), “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser tomados como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente”.

Sob essa perspectiva, Sampaio Jr (2008), pontua que nas obras de Furtado, as análises apontam para uma condição na qual a relação centro-periferia cristaliza diferenças intransponíveis no que se refere ao ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e dos salários reais. Essa relação limita as oportunidades proporcionadas às economias periféricas, o que as impede de alcançar e reproduzir o desenvolvimento das economias centrais.

No modelo de desenvolvimento preconizado por Furtado, o crescimento do Brasil, ao perpetuar processos de desigualdade e heterogeneidade estruturais, nas esferas social e regional, condiciona o país a tornar-se uma plataforma hospedeira de investimentos e sede do poder patrimonial, sem, contudo, alcançar o desenvolvimento (BRANDÃO, 2013). Para superar a condição subdesenvolvida, Furtado (1984, p. 85) acredita na industrialização. Contudo, esse desenvolvimento deve sustentar-se em um projeto social subjacente, “que dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”. Portanto, requer a implementação de um projeto através da atuação do Estado. A próxima subseção explora as alternativas para a superação do subdesenvolvimento do Brasil na obra de Furtado.

1.2. As alternativas para superação do subdesenvolvimento do Brasil

A CEPAL acreditava que o subdesenvolvimento econômico correspondia à heterogeneidade da estrutura econômica existente nos países da periferia e que isso resultava da relação com as economias desenvolvidas. O desenvolvimento se tratava,



portanto, da homogeneização da produtividade no sistema econômico como um todo, e isso aconteceria através da industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000).

Dado o surgimento do processo de integração econômica do país, Furtado (1971b) sugere que a mudança na condição de subdesenvolvimento poderia ser revertida diante de sua industrialização – que causaria mudanças significativas no que foi deixado pelo passado colonial – e formação do mercado interno pela junção das economias regionais, aproveitando recursos e fatores do país.

Na década de 1960, com a obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado vê o universo capitalista como muito diverso, o que causa desenvolvimento econômico desigual. O processo de desenvolvimento econômico necessita de progresso técnico – por isso a necessidade de um projeto industrializante. A estrutura subdesenvolvida não consegue absorver toda a força de trabalho, mesmo utilizando todo o capital disponível, ao nível de produtividade existente no setor dinâmico. Dessa forma, o desenvolvimento econômico se trata do uso de novas combinações de fatores para aumentar a produtividade do trabalho, o que leva a melhora da renda social e da disponibilidade de bens e serviços para a população (FURTADO, [1961] 2000).

Como demonstrado, para Furtado (1961; 2013), o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo que se reproduz nas relações entre economias centrais e periféricas. Nesse sentido, Furtado (2013) interpreta que a fonte do subdesenvolvimento está na desarticulação entre a acumulação das forças produtivas e os objetos de consumo. O autor defende o papel amplo do Estado e a reestruturação do sistema produtivo como elementos chave para que um projeto de industrialização alcance o paralelismo entre a assimilação das novas tecnologias produzidas e o estilo de vida das pessoas. Sem a intervenção do Estado, o processo concentrador somente é interrompido com a escassez de mão de obra e sua posterior organização para reivindicar por melhores salários.

Assim, ao discutir caminhos para alcançar o desenvolvimento da economia brasileira, Furtado (1984) o faz chamando atenção à superação de disparidades regionais. Ilustrando as diferenças entre a região Nordeste em relação ao Centro-Sul do país, o autor pontua que o desenvolvimento não se dá através da equiparação dos níveis de renda, pois, devido às condicionantes históricas do período agroexportador, torna-se fundamental que a industrialização esteja vinculada ao mercado regional a fim de assegurar o crescimento



apoiado na demanda interna. Para o autor, é importante que a política de industrialização considere a dimensão continental do país e suas especificidades regionais.

Outro elemento importante para Furtado (2000) está na definição das três dimensões do desenvolvimento, o que, por consequência, contribui para compreender os caminhos para economias periféricas, como o Brasil, superarem sua condição subdesenvolvida. A primeira dimensão refere-se ao aumento da eficácia do sistema social de produção, enquanto a segunda corresponde à satisfação de necessidades elementares da população, e, finalmente, a terceira e a mais ambígua dentre as três, é a realização de objetivos almejados pelos grupos dominantes da sociedade e que concorrem na utilização dos recursos escassos. A ambiguidade da terceira dimensão está na ampla gama de possibilidades que emergem entre os objetivos e as prioridades da classe dominante, o que evidencia a relevância da estrutura social para a definição de objetivos nacionais para o desenvolvimento.

Enquanto nas economias periféricas, os aumentos de produtividade refletem desencadeamentos decorrentes da especialização, nas economias centrais, as elevações da produtividade resultam do progresso técnico. Assim, nas economias do centro as transformações se dão de modo simultâneo nas estruturas econômicas e sociais, ou seja, a pressão social da luta de classes faz os ganhos de produtividade serem acompanhados de ganhos nos níveis de renda média da coletividade. Como consequência, essas economias apresentam mudanças em seu perfil de demanda e condicionam a destinação do excedente voltado ao progresso técnico (FURTADO, 2013).

Por outro lado, nas economias periféricas, Furtado (2013) destaca que as alterações do sistema produtivo são movidas pelo exterior. Ao lançar o *Mito do Desenvolvimento*, Furtado (1974) apresenta certo pessimismo quanto à superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos – argumenta que a rápida industrialização dos países periféricos se deu por relações de poder com as grandes empresas dos países centrais, isso faria com que aumentasse a distância entre o centro e a periferia. O autor menciona que em muitos casos, a expansão do excedente é acompanhada pela simplificação do sistema produtivo, e a demanda interna acaba sendo atendida por importações. Nesse sentido, a formação da periferia está relacionada à dinamização de sua demanda e ao atraso na acumulação produtiva, originado no modo pelo qual se deu a



inserção na divisão internacional do trabalho, e aquele, na penetração dos padrões de consumo das economias centrais. Segundo Furtado (1974), o processo de acumulação tende a ser uma forma de conduzir ao aumento das diferenças entre economias centrais e periféricas.

Cabe a ressalva de que, na década de 1950, Furtado e Cardoso defendiam a ideia de que o desenvolvimento econômico e social dependia da industrialização, influenciados pelo pensamento cepalino – que de acordo com Fonseca (2000), tinha na tecnologia o fator principal da posição inferior da economia latino-americana frente a economia mundial. Com seu pensamento “pessimista” em *Mito do Desenvolvimento*, Furtado argumenta que a industrialização das economias periféricas se direcionava às grandes empresas que controlavam as relações internacionais, e dessa forma, tratava-se de uma relação de poder, cuja tendência era aumentar cada vez mais a distância entre os países do centro e os países da periferia (FURTADO, 1974).

Nota-se na abordagem de Furtado ([1961] 2000; 1984; 2013), que suas pesquisas associam a gênese do subdesenvolvimento ao pesado legado do período colonial e a sua continuidade à presença de classes dominantes aculturadas, obcecadas em imitar os estilos de vida e de consumo das economias centrais. Para Furtado (2013, n.p.), “não basta modificar a estrutura agrária; também é indispensável redirecionar o processo de industrialização.”. O redirecionamento das forças produtivas ocorre a partir das decisões de inversões do capital acumulado, porém, a acumulação assume formas diversas a depender da cultura do país. O subdesenvolvimento seria, portanto, fruto de escolhas políticas e sociais em que a apropriação do excedente se dá em função do consumo de uma minoria e em detrimento da sociedade como um todo.

A existência de um padrão de consumo não correspondente com o processo de acumulação e progresso nos métodos produtivos é chamada de modernização e reflete numa dependência cultural, na qual há imitação dos padrões de consumo e técnicos e estes não condizem com a realidade social. Acontece então o que Furtado chama de armadilha histórica do subdesenvolvimento, pois a etapa de industrialização ocorrida nos países centrais não acontece da mesma maneira. Os países tidos como subdesenvolvidos não passaram pelo processo de industrialização, apenas pela modernização (FURTADO, 1974).



A modernização caracteriza o pensamento “pessimista” de Furtado quanto às economias subdesenvolvidas, visto que essas economias seriam privadas da transformação estrutural qualitativa que as levaria em direção ao desenvolvimento. Isso porque, o custo do desenvolvimento geral, no caso em que seja atingido por todos os países, seria a depredação do mundo físico e o colapso da civilização humana. Essa condição, segundo Furtado (1974, p. 70), é “a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável” (FURTADO, 1974).

De acordo com Furtado (1974), seria preciso haver uma nova orientação para o processo de desenvolvimento, que permitisse uma homogeneização do consumo de forma coletiva, evitando o desperdício. Dada a diminuta possibilidade deste acontecimento, seria, portanto, concludente que as economias subdesenvolvidas nunca chegariam ao desenvolvimento das economias centrais do sistema capitalista.

Ainda assim, posteriormente, como alternativa para superar o subdesenvolvimento, o autor indica o direcionamento das forças produtivas para o desenvolvimento tecnológico com o objetivo de viabilizar maior e mais rápido processo de acumulação. Furtado (1984, p. 118-122) sintetiza em três modelos as principais experiências de endogeneização do desenvolvimento: (i) a coletivização dos meios de produção, baseado no controle coletivo das atividades econômicas de maior peso; (ii) a satisfação das necessidades básicas da coletividade; e (iii) o aumento do grau de autonomia externa, assumindo uma posição ofensiva nos mercados internacionais.

O primeiro dos modelos tem por objetivo destruir as bases das estruturas tradicionais de poder para substituir por uma lógica voltada à consecução do desenvolvimento. Nesse modelo, a experiência demonstra que a utilização do potencial produtivo define a necessidade de uma planificação centralizada como instrumento para instaurar modificações na estrutura econômica (FURTADO, 1984).

No segundo modelo, a solução para alcançar a satisfação das necessidades básicas da coletividade caracteriza-se por ser de natureza política, uma vez que “exige que parte do excedente seja deliberadamente canalizada para modificar o perfil de distribuição da renda, de forma que o conjunto da população possa satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação, etc.” (FURTADO, 1984, p. 121). Contudo,



Furtado (1984) alerta para a dificuldade em gerar vontade política capaz de colocar em prática um projeto desses.

Por fim, no terceiro modelo, a estratégia consiste em realizar investimentos orientados ao favorecimento de setores com capacidade competitiva externa potencial, além de possuírem um efeito indutor de desenvolvimento interno, e assim, fomentar a formação do mercado interno. No que se refere ao setor voltado para exportações, apoiá-lo em economias de escala, combinadas com avanço tecnológico e não limitado à abordagem das vantagens comparativas estáticas (FURTADO, 1984).

Portanto, a partir das análises presentes na abordagem de Furtado ([1961] 2000; 1984; 2000; 2013), tem-se patente que a condição de subdesenvolvimento deve ser superada para permitir melhores condições de vida à população, potencializar o processo de acumulação para promover o progresso técnico e aumentos de produtividade. Além disso, é enfatizada a relevância do papel do Estado nos projetos para industrialização, bem como agente de mudança da estratificação social no sentido de reduzir as desigualdades.

2. DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: A INTERPRETAÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nas discussões propostas nas obras de Cardoso, a história não é definida como predeterminada, mas como tendo na política um de seus determinantes. Isso implica que a parte não é determinada pelo todo, pois há particularidades e espaço para uma autonomia relativa.

Essa concepção de que a história se reproduz e se transforma perpassa o método de Cardoso, se aproximando da metodologia de Florestan Fernandes, que parte de um concreto inicial, avança pelo abstrato e fecha com um concreto pensado. Nesse sentido, observa-se em Cardoso que há um desafio em suas interpretações, visto que na história há coisas que mudam e outras que permanecem. Portanto, percebe-se as influências intelectuais weberianas e marxianas – relacionadas às suas pesquisas realizadas sob orientação de Florestan Fernandes (GARCIA JR., 2004) –, sobre reter na análise o que se mantém e se modifica.



Assim, a teoria da dependência elaborada por Cardoso (1993) se constrói sob estruturas em sua forma abstrata, que não podem ser invariantes, como no estruturalismo, posto que foram socialmente constituídas e dependem da correlação de forças entre as classes e do processo produtivo. Portanto, o conceito não se produz num vazio preenchido pelo desdobramento da razão sobre si mesma, mas nasce junto com ideologias. Com isso, tem-se a determinação abstrata representada por relações parciais e indeterminadas.

Logo, a teoria da dependência representa uma articulação de conceitos abstratos com situações concretas, e quando ocorre a passagem para o concreto, Cardoso (1993) distingue os conjuntos. Essa diferenciação não ocorre nos termos de definir cada conjunto como um estudo de caso. Isso significa que a teoria possui uma essência, mas ao mesmo tempo, especificidades de acordo com as relações sociais e históricas de cada nação.

Através da abordagem teórica da dependência latino-americana, em especial, a brasileira, Cardoso (1993) faz uma avaliação da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento e a dependência econômica dos países da região. No que se refere à análise da CEPAL quanto à dependência, o autor expõe que as interpretações cepalinas argumentavam que era uma reconhecida característica das economias subdesenvolvidas. Nessa perspectiva, o processo de industrialização por substituição de importações correspondia ao intercâmbio que consistia na importação de bens industrializados via exportações tradicionais de *commodities* agrícolas. Assim, ampliava-se o gargalo que a deterioração dos termos de troca impunha ao processo de desenvolvimento e caracterizava-se uma condição de dependência externa das economias latino-americanas.

Nesse contexto, a interpretação de Cardoso (1993, p. 19) formaliza uma teoria da dependência distinta das discussões cepalinas. Em sua abordagem, a ênfase estava na “existência de relações *estruturais* e *globais* que unem as situações periféricas ao Centro.”. O autor expõe que os interesses das economias centrais se articulam aos interesses das classes dominantes nos países periféricos. Tal articulação vai além do comércio internacional, pois repercute na sociedade de um modo geral, através das conexões entre classes externas e internas, se materializando inclusive no espectro político.

Cardoso (1993) pontua que a teoria da dependência não corresponde a uma alternativa à teoria do imperialismo, mas um complemento. A teoria do imperialismo



explica por que os países centrais têm interesse em dominar os países periféricos, enquanto a teoria da dependência é sobre a ótica dos países periféricos. Outro ponto a sublinhar está no aspecto de que a dependência varia em cada país e época, conforme a inter-relação com economia internacional e dominação de classes. Esse elemento contribui para a compreensão do porquê cada país responde de uma maneira distinta e rompe com a ideia de analisar o desenvolvimento como um processo que implica no reposicionamento entre países na divisão internacional do trabalho.

Na perspectiva de Cardoso (1995), o desenvolvimento é um tema político, no qual ele observou dois fenômenos paralelos: (i) processo fragmentário e (ii) descompasso entre crescimento e equidade. O primeiro refere-se ao fato de discussões quanto ao desenvolvimento sustentável, social, humano e com equidade estarem no âmago do debate, entretanto, o crescimento econômico não tem correspondência automática em benefícios em todas essas áreas. Já o segundo, tem nas experiências autoritárias da América Latina sua exemplificação, posto que os padrões de distribuição de renda se deterioraram em alguns casos. O autor classifica como evidente que as políticas de desenvolvimento devem ser elaboradas por elementos que vão além da dinâmica econômica.

Nesse sentido, no centro da interpretação de Cardoso (1993), o desenvolvimento deixa de ser um tema econômico para ser um tema político, resultado da luta entre as classes, as quais nem sempre resultam em soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional. Esse entendimento marca sua abordagem no âmbito da teoria da dependência, sua tipologia e os elementos que caracterizam a condição brasileira, conforme apresentado nas subseções que seguem.

2.1. As formas de dependência e a categorização da economia brasileira

Cardoso, assim como Furtado, entusiasmava-se com a ideia de concretizar um modelo de desenvolvimento autônomo e nacional nos países periféricos. Preocupava-se também com a distribuição mais igualitária de renda, vendo-a como uma questão importante no modelo de desenvolvimento que marcava os países periféricos.



No texto *Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo*, Cardoso (1957) se preocupou em demonstrar o papel do nacionalismo, através do qual os países subdesenvolvidos teriam consciência da sua posição na perspectiva nacional e internacional e, dessa forma, buscariam o desenvolvimento econômico por meio da busca da melhora de seu padrão de vida. Buscando influenciar no destino da nação, as massas populares participariam mais intensamente da vida política.

Em 1958, com *Educação e Desenvolvimento Econômico*, deu atenção à expansão e modificação do sistema educacional, que estava desatualizado considerando o resultado obtido pelos países desenvolvidos. Este seria um empecilho ao desenvolvimento econômico. É atribuída também, importância às inovações tecnológicas para o desenvolvimento do capitalismo industrial (CARDOSO, 1958).

Cardoso também se deteve sob a história brasileira e passou a repensar o desenvolvimento como ligado ao avanço do capitalismo nos países periféricos, e acreditava na superação do subdesenvolvimento. Em meados da década de 1960 acabou mudando seu rumo teórico.

A partir de 1964, com *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, ele passou a questionar a existência da classe burguesa, que teria o espírito empreendedor, e isso poderia impedir o avanço para o desenvolvimento. Assim, ele saiu em defesa do que seria a solução para que o Brasil pudesse se industrializar, que era a associação ao capital estrangeiro, de forma que este fornecesse o apoio necessário (CARDOSO, 1972a).

Cardoso busca entender o papel do empresário industrial no processo de desenvolvimento do capitalismo e ressalta a importância de uma menor preocupação com a construção de modelos. Segundo ele, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estão relacionados também às questões sociais e não apenas econômicas. Por isso as sociedades subdesenvolvidas devem ser pensadas em sua relação com as desenvolvidas (CARDOSO, 1972a).

Neste mesmo trabalho, Cardoso (1972a) busca demonstrar que, ao contrário do que se pensava, a burguesia industrial brasileira não seria capaz de levar adiante um processo de desenvolvimento autônomo, com industrialização e desenvolvimento de um mercado interno. Pelo contrário, essa classe disposta a inovar e liderar um processo de



desenvolvimento – se fazendo presente na economia e política – não existia no Brasil. Por ser uma classe muito recente, ainda era incapaz de reagir aos problemas existentes ou mesmo de se unir buscando o benefício comum.

Diante disso, a busca pela industrialização acelerada fez com que as empresas tradicionais fossem forçadas a manter relações com organizações internacionais, buscando nesse contato a experiência e possibilidade de modernização (CARDOSO, 1972a).

A partir de então, Cardoso deixa de lado a abordagem do desenvolvimento autônomo, que poderia ser controlado internamente. Juntamente com Enzo Faletto, Cardoso escreveu *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em 1969. Cardoso e Faletto ([1975] 2010) relacionam processo histórico e econômico e condições estruturais, enfatizando que há um movimento específico de instauração do capitalismo nas sociedades que tem a dependência no seu processo histórico. Os autores criticam teorias anteriores de desenvolvimento, inclusive a cepalina.

Cardoso e Faletto ([1975] 2010) contestam o dualismo estrutural, em que as economias latino-americanas caminhariam de suas formações tradicionais para a forma mais moderna, estando “em desenvolvimento”. Estes conceitos seriam muito abrangentes e não seria possível distinguir o modo de ser de uma sociedade de seu funcionamento, e deveria haver conexões lógicas entre o dualismo e as diferentes etapas do processo econômico.

A dinâmica das sociedades subdesenvolvidas não se dava somente em função de fatores externos, mas deviam também ser considerados fatores sociais como a integração das classes como condicionantes do desenvolvimento. Já o desenvolvimento é visto como um processo social e seria “o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (CARDOSO; FALETO, [1975] 2010, p. 22).

Segundo Cardoso e Faletto ([1975] 2010, p. 27), a noção de subdesenvolvimento “caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo (...) sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo”. Além da questão econômica e social, o equilíbrio de poder entre grupos sociais também é importante para



caracterização do desenvolvimento de diversos países, mas esse equilíbrio precisa ser estruturado por meio de interferência política para que a exclusão social não se intensifique.

Na teoria da dependência, Cardoso e Faletto ([1975] 2010), apontam que há situações concretas de dependência, as quais podem ser associadas a variáveis internas de cada país, as relações entre as classes sociais e as instituições. Nessa perspectiva, os autores apontam que ao romper o pacto colonial, os países periféricos se vinculam ao mercado internacional e, conseqüentemente, às economias centrais, de formas distintas. Essas relações não podem ser desmembradas das estruturas sociais e econômicas que as precedem, pois tem seus vínculos construídos em uma fase diferente do processo capitalista e do modo de dominação que este supõe.

Para Cardoso e Faletto ([1975] 2010), quando considerados apenas aspectos econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser compreendido a partir de uma composição de variáveis, assim como de relações que espelham o processo de diferenciação da economia. Dessa análise se compreende a estrutura social. Contudo, essa perspectiva é incompleta para entender o desenvolvimento político e social, exigindo deter-se em uma análise quanto ao seu processo de formação e como atuam as forças sociais que a pressionam e condicionam.

Ademais, cada processo de dependência produz arranjos econômicos e sociais distintos no que compete a luta de classes. Assim, dá-se o desafio da análise sociológica para explicar a teoria da dependência como um todo, resguardando as diferenças de cada processo. Com isso, Cardoso e Faletto ([1975] 2010) definem tipologias que interpretam as formas de dependência, quais sejam: enclave; nacional-exportadora; e desenvolvimento industrial associado.

O enclave corresponde à forma mais radical de dependência. Nessa condição, Cardoso e Faletto ([1975] 2010), ilustram que em países da América Latina, em determinadas circunstâncias, a economia se vinculou ao mercado mundial através da produção alcançada por núcleos de atividades primárias controladas diretamente do exterior. Isso significa que o dinamismo econômico depende totalmente da economia central, por vezes com controle direto do exterior. A produção local aparece como um prolongamento e não há conexão com outros setores internos.



Os autores definem que, em alguns casos, a formação de enclaves na América Latina se expressa através da incapacidade de os setores econômicos controlados nacionalmente reagirem e competirem com as economias centrais, portanto, desestruturando-se paulatinamente. Em outros casos, a formação de enclaves nos países latino-americanos era parte da estratégia de países centrais.

A forma de dependência caracterizada pelo enclave condiciona o desenvolvimento econômico do país periférico ao dinamismo das economias centrais. Essa situação independe da iniciativa que grupos locais possam tomar. A subordinação externa faz com que os produtores locais percam a possibilidade de organizarem-se e estruturarem-se internamente (CARDOSO; FALETTO, [1975] 2010).

No que se refere à forma de dependência nacional-exportadora, Cardoso e Faletto ([1975] 2010) apontam que a economia central controla a comercialização e não a produção e, portanto, o país periférico não substitui a classe local que tem sua base produtiva herdada do período colonial. O objetivo do país dominante é assegurar a obtenção das matérias-primas que necessita, com investimentos orientados para setores que as economias locais não eram capazes de realizar, como a infraestrutura através de investimentos em transportes. Portanto, tem-se a dependência do mercado externo explícita na comercialização, bem como nos investimentos locais e sua rentabilidade.

Assim, Cardoso e Faletto ([1975] 2010, p. 59) inferem que “a ruptura do pacto colonial permitia o fortalecimento dos grupos produtores nacionais, posto que o novo polo hegemônico não interferia e, pelo contrário, em certos casos, até podia estimular a expansão do sistema produtivo nacional”. Contudo, tal fortalecimento dependia de alianças entre a oligarquia exportadora com outras oligarquias locais.

Na dependência nacional-exportadora, Cardoso e Faletto ([1975] 2010) interpretam que o grau de êxito econômico das economias nacionais depende de três aspectos: disponibilidade de um produto primário que seja capaz de fomentar o setor exportador herdado da colônia; oferta abundante de mão de obra, e; disponibilidade de terras apropriáveis.

Por fim, na terceira forma de dependência, o chamado desenvolvimento industrial-associado, a burguesia local se associa ao capital estrangeiro visando acelerar os processos de geração de ganhos, pulando etapas e fazendo uso de tecnologia. Nesse



processo, a industrialização não traz autonomia nacional em relação às economias centrais, mas outro tipo de dependência. Isso significa que a associação não traz necessariamente estagnação, nem superexploração (CARDOSO; FALETTTO, [1975] 2010).

Cardoso e Faletto ([1975] 2010) interpretam que essa forma, caracterizada por uma situação de poder favorável à consolidação do mercado interno, estabeleceu-se em diversos países da América Latina, entre eles, o Brasil. Para eles, o esquema varguista e a continuação de sua política econômica ao longo do Governo Dutra (1946-1950), viabilizaram a implementação de indústrias básicas: aço, energia elétrica, transporte e petróleo. Essa posição foi fortalecida posteriormente, no segundo Governo de Vargas (1950-1954), por meio de investimentos públicos em setores considerados estratégicos.

Entretanto, esse processo de industrialização teve seus custos, entre eles, os setores exportadores saíram em desvantagem em relação ao setor interno devido a práticas de controle e taxas múltiplas de câmbio. Tais avanços na política nacionalista foram interrompidos por um curto período, em uma tentativa de contrapor as pressões inflacionárias, porém na sequência foi restabelecida a aliança populista-desenvolvimento, por meio de Juscelino Kubitschek. Nesse ponto, Cardoso e Faletto ([1975] 2010) apontam que o Brasil toma um rumo diferente: a capitalização mediante recursos externos, inaugurando assim uma nova forma de dependência em relação às nações centrais. Os autores esclarecem que a adoção dessa política econômica significou o fortalecimento do setor industrial do Brasil e o desenvolvimento a despeito das incertezas políticas, com a ressalva de ser associado ao capital estrangeiro.

No ano de 1971, Cardoso publica *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, na qual ele expressa a ideia de que a relação de dependência que se formava no Brasil não excluía a possibilidade de desenvolvimento, havendo possibilidade de desenvolvimento dependente, o que torna necessário o estudo das ideologias que são seguidas pelas burguesias industriais nestas situações (CARDOSO, 1971).

Assim, a concepção de Cardoso (1971) e Cardoso e Faletto ([1975] 2010) revela a possibilidade de desenvolvimento, ainda que dependente em alguma medida dos países dominantes. Além disso, os autores alertam sobre o fato de que não presumem que o desenvolvimento capitalista pudesse ser explicado exclusivamente pela aliança com as



economias centrais, entretanto, joga luz ao aspecto de que existem limites ao desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, os quais refletem as dinâmicas das distintas forças sociais. Por fim, cabe mencionar que para Cardoso (1993, p. 99), a distinção entre essas tipologias de dependência e a complexidade da periodização é da própria caracterização da condição de dependência. Tal condição supõe uma articulação entre a economia mundial e economias locais, e perpassa a relação entre a dominação internacional, bem como a dominação de classe em cada país dependente.

A próxima subseção trata da discussão da forma de desenvolvimento dependente-associado na sua concepção como uma alternativa para o desenvolvimento, Cardoso (1993) inclusive expõe que essa seria uma forma de dependência mais dinâmica.

2.2. O desenvolvimento dependente-associado: caminho para o desenvolvimento

Conforme já mencionado, Cardoso (1993) coloca o desenvolvimento como um processo social, enfatizando que até elementos puramente econômicos guardam relações sociais subjacentes. No pano de fundo, os processos econômicos enquanto processos sociais são base para compreender a teoria da dependência.

O modelo de desenvolvimento dependente permitia dinamismo, crescimento econômico e mobilidade social no setor urbano industrial, porém, o desenvolvimento dependente também poderia provocar atrito entre as classes ou mesmo desigualdades, afinal, segundo o autor, não haveria como implantar um sistema capitalista sem os capitalistas (CARDOSO, 1972b).

Cardoso (1993) denomina o tripé de desenvolvimento dependente associado – as empresas estatais, locais e corporações multinacionais – os beneficiários do desenvolvimento dependente, que são os agentes sociais. O desenvolvimento autônomo é inviável e as políticas estatais levam a um capitalismo dependente.

A internacionalização da economia também contribui para aumentar a distância entre centro e periferia – a articulação das economias centrais no interior dos países periféricos penetra nessas sociedades, fazendo com que os interesses dessas classes dominantes gerem consequências no interior do estado (CARDOSO, 1993).



Contudo, para compreender a interpretação de Cardoso e Faletto ([1975] 2010), torna-se relevante apresentar sua definição de desenvolvimento, que difere do enfoque dado por Furtado, e gera implicações sobre suas conclusões acerca das saídas para a economia brasileira. À vista disso, Cardoso e Faletto ([1969] 2000, p. 503) definem desenvolvimento como o “resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico”. Isso implica que o desenvolvimento não corresponde a um resultado determinado naturalmente ou de dependência histórica, mas um processo que envolve tensões entre os distintos grupos com interesses sociais e políticos.

Os autores sustentam a necessidade de analisar como os países subdesenvolvidos conectaram-se historicamente ao mercado mundial e quais grupos sociais definiram as relações que estabelecidas com o exterior. Nesse aspecto, enfatizam a centralidade da condição dependente dos países subdesenvolvidos estar associada à expansão dos países capitalistas originários. Esses últimos definem relações que se manifestam através da dominação sobre o modo de atuação do sistema econômico como um todo, e por consequência, quem serão os produtores e os consumidores. Para Cardoso e Faletto ([1969] 2000, p. 512),

“a dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior.”.

No limite, tais decisões afetam o que se produz e o que se consome nas economias dependentes, estendendo-se ao funcionamento do sistema político e econômico. A consequência desse ponto remete à interpretação do desenvolvimento como um processo global, que requer análises dos graus de diferenciação estrutural das economias e os papéis que desempenham, além do momento histórico que ocorre a integração ao mercado mundial. Em outras palavras, rejeita-se a ideia de que países subdesenvolvidos estejam replicando o caminho trilhado pelos desenvolvidos. Com isso, para alcançar o desenvolvimento há possibilidades distintas, porém limitadas aos processos históricos e às alternativas seguidas no passado, incluem-se nesses limites os regimes políticos.



Embora a interpretação de Cardoso (1993) admitisse a simultaneidade de dependência e de desenvolvimento, apontava para a condição periférica como algo definitivo, imutável. A análise fica explícita, quando o autor afirma que:

“quando se encaram as relações entre as economias de "desenvolvimento dependente associado" e as economias centrais não é difícil perceber que a divisão internacional do trabalho continua a operar a partir do suposto real de graus muito diferentes de riqueza, de formas de apropriação desigual do excedente internacional e do monopólio dos setores capitalistas dinâmicos pelos países centrais, o que não permite dúvidas quanto às diferenças entre as economias centrais e as dependentes. O setor de produção de bens de capital e a geração de novas tecnologias, portanto os setores mais revolucionários a nível das forças produtivas, setores que são decisivos no esquema de reprodução ampliada do capital, continuam a localizar-se nos núcleos centrais das empresas multinacionais. E o endividamento externo é oscilante mas contínuo nas economias dependentes.” (CARDOSO, 1993, p. 144)

Posteriormente, Cardoso (1995) alterou sua percepção sobre o tema, interpretando que países que souberam lidar com transformações ocorridas nos modos de produção, enquanto lidavam com as questões sociais, alcançaram resultados superiores aos demais países. Como exemplo, menciona os Tigres Asiáticos.

Paradoxalmente, Cardoso (1995) considera que, à medida que se intensifica a globalização, de um lado aumenta a dependência e de outro, a inserção internacional que pode proporcionar benefícios em função de escolhas acertadas das nações. Portanto, o autor define a sensibilidade para lidar com o ambiente internacional como um aspecto fundamental aos políticos modernos, o que também influencia na necessidade de planejamento de longo prazo.

Na teoria da dependência preconizada por Cardoso (1995), o desenvolvimento torna-se viável em economias periféricas a partir de alguns elementos relevantes, como um regime político democrático, condição fundamental para encaminhar a solução de problemas sociais. Outro aspecto refere-se às relações internacionais, que têm no Estado um ator essencial, porém também é amplamente afetado por instituições multilaterais. Em síntese, o autor afirma que a condução de políticas pelo Estado ganha um grau ainda mais elevado de exigência de responsabilidade diante do contexto da globalização. Nesse campo, Cardoso (1995) aponta que não há espaço para a inércia.



3. CONCLUSÕES

As abordagens teóricas de Furtado e Cardoso guardam pontos de divergência e de consonância. O contexto histórico marca profundamente a teoria dos autores, que exploram a realidade latino-americana e brasileira dando especial atenção aos problemas no processo de desenvolvimento e formas de solucioná-los. Cardoso mantém o foco nas relações de classes e grupos sociais, alinhando aí também a questão ideológica. Furtado permanece na ótica do dualismo estrutural *centro x periferia*, considerando uma abordagem macroeconômica.

A obra de Cardoso dialoga com a de Furtado, até a década de 1960, no que concerne ao desenvolvimento e subdesenvolvimento pelo fato de terem acreditado na superação do subdesenvolvimento por meio de um modelo de industrialização nacional e autônoma do país. Porém, após defender a teoria do desenvolvimento nacional e autônomo, Cardoso passou a crer nos benefícios de desenvolvimento capitalista dependente, na qual associar-se com capitais estrangeiros era necessário para dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil – afastando-se da teoria de Furtado.

Ambos os autores pontuam a relevância da industrialização como elemento para transformações estruturais, porém têm visões distintas sobre o subdesenvolvimento. Furtado ([1961] 2000) apresenta o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo, o qual mesmo nos casos mais complexos tem seu fator dinâmico básico relacionado ao setor externo, ainda que com efeitos multiplicadores na economia interna, porém sem se converter em desenvolvimento, portanto, considera necessário superar o subdesenvolvimento. Cardoso (1993), por sua vez, julga viável um desenvolvimento dependente-associado, vendo possibilidades de coexistência entre desenvolvimento e dependência. Com isso, identifica, formas mais dinâmicas de dependência, distintas das condições de enclave ou de quase colônia.

Furtado busca apresentar soluções para superar o subdesenvolvimento por meio do direcionamento das forças produtivas para o desenvolvimento tecnológico com o objetivo de viabilizar um maior e mais rápido processo de acumulação, para o qual define experiências de endogeneização do desenvolvimento, baseadas nas melhorias para a



coletividade e aumento da autonomia externa. Cardoso, por sua vez, vê nas relações internacionais, possibilidades de acelerar os ganhos e pular etapas em termos tecnológicos, através de atuação responsável do Estado em um regime político democrático.

Em síntese, Furtado via o desenvolvimento como uma forma de melhorar as condições sociais e Cardoso, por sua vez tinha a visão do desenvolvimento dependente – o qual não implicaria necessariamente na melhora das condições sociais. Quanto ao subdesenvolvimento, enquanto Furtado defende que este se trata de um processo particular de consequência histórica, que não necessariamente conduzirá ao desenvolvimento, Cardoso não acredita que seja uma característica herdada historicamente e que pode estar relacionado a certo tipo de desenvolvimento. Para os autores, a dependência é um conceito associado ao desenvolvimento, desenvolvido também pela tese cepalina, e com respeito ao qual se sugere maior ênfase no prosseguimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Elesbão de. *Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 13-68, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado - Clássicos*. Companhia das Letras. Edição do Kindle. Não Paginado. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 15, n. 4, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1969). Dependência e desenvolvimento na América Latina. In BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: ed. Record, CEPAL, Cofecon, 2000, vol.2.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1975). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, n. 12, São Paulo, jul.-ago. 1957.

CARDOSO, Fernando Henrique. Educação e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasiliense*, n. 17, São Paulo, mai.-jun. 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. 2ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972a.



CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972b.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CORRÊA, Carolina Pimentel. *As teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário Cepalino*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (Orgs.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, v. 54, n.3, pg. 333-358, 2000.

FURTADO, Celso. (2013). *Essencial Celso Furtado - Clássicos*. Companhia das Letras. Edição do Kindle. Não Paginado.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Editora Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política Do Desenvolvimento Econômico*. Editora Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971a.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 4ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1971b.

FURTADO, Celso (1961) Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org) *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: ed. Record, CEPAL, Cofecon, 2000, vol. 1.

GARCIA JR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 285-300, 2004.

KALVAN, Fábio Ricardo. *O Lugar da Nação: estudo da abordagem da nação do dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PERES, Samuel Costa; AZEVEDO, Laís Fernanda. Desenvolvimento e Dependência: Revisitando as interpretações de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. In: *XXX Congresso ALAS*. Montevideo, Uruguai. 2017.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Revista Economia Ensaios*, v. 22, n. 2, 2008.

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, n. 64, p. 1.033-1.053, 1970.

SARTORI, Giovanni. Guidelines for concept analysis. In: SARTORI, Giovanni. (Ed.). *Social science concepts: a systematic analysis*. Beverly Hills: Sage, 1984.